

POLÍTICA

Inconformados com os rumos da Constituinte, os empresários decidiram partir para a ofensiva. Depois de reativar a Frente da Livre Iniciativa, agora foi a vez da União Brasileira dos Empresários. Onde Antônio Ermírio pediu:

“Deixem a livre iniciativa em paz”

“Deixem a livre iniciativa em paz”, disse ontem o empresário Antônio Ermírio de Moraes, na cerimônia de instalação do conselho consultivo da União Brasileira dos Empresários — UBE. Ele criticou os políticos que trabalham na elaboração da nova Constituição que, “ao invés de pensar nas próximas gerações — como fazem os estadistas —, pensam exclusivamente nas próximas eleições”.

Membro do conselho consultivo da UBE, Antônio Ermírio, que falou em nome dos empresários, criticou não só o trabalho da Constituinte — e principalmente a estabilidade no emprego inserida no projeto da Comissão de Sistematização, que “vai reduzir drasticamente o número de empresários e de empregos” —, mas toda a política do governo. “A máquina governamental não pára de crescer”, disse ele, recomendando que o Estado se concentre em atividades como o saneamento básico, a saúde e a educação.

Na solenidade, estavam presentes cerca de 250 empresários de todo o País. Segundo o coordenador da UBE e presidente da Confederação Nacional do Comércio, Antônio Oliveira Santos,

a intenção dos empresários é “lançar à Nação um alerta contra os perigos que ameaçam a sociedade”. Segundo ele, “estamos ariscados a ter uma Constituição progressista nas intenções e fallimentarista nos resultados”.

A tese dos empresários, conforme explicou Oliveira Santos, é de que a estabilidade no emprego pode inviabilizar o progresso tecnológico, constituindo um estímulos à acomodação e ao desinteresse dos trabalhadores, que pode conduzir à queda da produtividade. Em seu discurso, Oliveira Santos criticou a excessiva presença do Estado e a “cambiante regulação burocrática da economia”. Segundo ele, na Constituinte, “a ação política de uma minoria radical ativista, bem organizada, desafia as tradições e conquistas do passado, acenando ao povo com benefícios sociais muito acima das reais possibilidades do Estado e com promessas de uma política redistributiva contraditória, que promete a reforma agrária, previdência social, educação, saúde e aumentos reais de salários, ao mesmo tempo que se preocupa em cercar a liberdade de iniciativa do empresário privado, em afugentar a contribuição do capi-

tal estrangeiro, em romper com o sistema financeiro internacional, dificultando a importação de tecnologia, substituindo o regime de competição pela reserva de mercado e afastando a economia nacional do convívio e da integração internacionais”.

Em nome da UBE, Oliveira Santos convocou as classes produtoras para um pacto de ação “na defesa dos sadios princípios do capitalismo moderno, da economia de mercado, da livre iniciativa e da democracia social”. Foi aplaudido de pé.

CUT responde

A CUT pretende dar sua resposta às articulações empresariais contra itens já votados na Comissão de Sistematização, a partir de hoje, às 14 horas, no anexo IV da Câmara, em duas mesas-redondas sobre esses temas.

E o ministro da Justiça, Paulo Brossard, condenou o procedimento da UDR — União Democrática Ruralista — que prometeu “desrespeitar a lei” se a Constituinte “fizer a besteira de aprovar a imissão imediata de posse”. Brossard considerou isso “antidemocrático”.



Antônio Ermírio (com Albano Franco), na solenidade na UBE.

A GUERRA CONTRA A ESTABILIDADE

Antônio Ermírio definiu a estabilidade como “o novo Plano Cruzado dos políticos”. E os empresários vão investir 35 milhões de dólares na defesa da liberdade no mercado.

O empresariado brasileiro deverá investir, até o final dos trabalhos da Constituinte, US\$ 35 milhões para garantir a inclusão na nova Constituição brasileira de princípios como a livre iniciativa e a economia de mercado.

Nos últimos 15 dias, os empresários financiaram a ocupação, pelo grupo moderado do Congresso, o Centráo, de três andares do mais tradicional hotel de Brasília, onde são realizadas reuniões diárias para a definição da estratégia do grupo, insatisfeito com o projeto que vem sendo aprovado pela Comissão de Sistematização da Constituinte. Lançaram também uma campanha publicitária pela televisão, com três filmes de um minuto de duração, que custou à comissão de finanças da Frente Nacional pela Livre Iniciativa Cz\$ 70 milhões.

“Não somos uma entidade de extrema-direita nem de extrema-esquerda”, definiu ontem o empresário Antônio Ermírio, do grupo Votorantim, “somos homens sofridos que procuram os congressistas constituintes, independente de ideologias, para que se possa legislar uma Carta

em favor de todos os brasileiros que querem um país sério, respeitado lá fora pela seriedade e honradez de seus homens”. “Estávamos todos trabalhando isoladamente, e agora resolvemos nos unir”, explicou Mário Amato, presidente da Federação das Indústrias de São Paulo—Fiesp.

São, na verdade, duas instituições que, reativadas, passaram a trabalhar paralelamente em Brasília, nos últimos dias. A União Brasileira de Empresários, criada em junho de 1986, reúne as Confederações de todos os setores da economia e mais 600 entidades. Entre seus objetivos está a defesa da liberdade econômica, do direito de propriedade, da iniciativa privada e da economia de mercado. Ontem, na instalação do Conselho Consultivo da entidade, os discursos atacaram principalmente a estabilidade no emprego, como está definida no projeto da Comissão de Sistematização. A Frente Nacional pela Livre Iniciativa, segundo Mário Amato, tem mais de dez anos, mas foi reativada no final do mês passado por iniciativa de João Donato, presidente da Federação das Indústrias do Rio

de Janeiro, congregando empresários e profissionais liberais. Seu trabalho visa obter o voto de pelo menos 280 constituintes para a alteração dos direitos sociais do projeto da Sistematização.

E a Frente que arrecada as contribuições espontâneas de empresários “e de patriotas”, como disse um dos componentes do grupo. O dinheiro resultante do próximo Leilão da União Democrática Ruralista — UDR — a se realizar em Brasília no próximo dia 15, por exemplo, será revertido para a causa da Livre Iniciativa. Em princípio, pretende-se alterar, além dos dispositivos que obriga a estabilidade no emprego, a jornada de trabalho de 44 horas, a hora-extra em dobro, a obrigatoriedade da contratação de 10% dos empregados com mais de 45 anos e a igualdade de direitos entre trabalhadores rurais e urbanos. “Vamos obedecer o texto constitucional, mas temos o direito de lutar até o fim”, disse Antônio Ermírio de Moraes, para quem a “estabilidade é o novo Plano Cruzado dos políticos, preocupados com as próximas eleições”.

Um dia só para pensar na estabilidade

— Engessar significa atrofiar (a economia).

Com essa frase, o empresário Paulo Butori — presidente da Associação Brasileira da Indústria de Fundação (Abifa) — e outros coordenadores do PNBE (Pensamento Nacional das Bases Empresariais) apresentaram ontem a criação do “Dia Nacional de Reflexão sobre a Estabilidade”, no dia 10 próximo.

“Achamos que essa questão não foi discutida ainda o suficiente”, disse Butori. “E não acreditamos que ela deve ser incluída na Constituição por ser uma coisa geral demais, que acaba esquecendo as peculiaridades regionais e até setoriais”, salientou Joseph Couri, empresário do Ciesp-Zona Sul e da coordenação do PNBE.

na verdade, todos os integrantes da coordenação do movimento concordam com isso e já enviaram três mil telex a entidades (sindicatos e associações) patronais pedindo uma ampla discussão sobre o assunto entre seus diretores e associados, “e se for possível até mesmo com seus trabalhadores”. Destacou Cássio Vecchiatti do PNBE. Depois disso, explicaram Butori e Lawrence Pih — suprintendente do Moinho Pacífico —, as entidades poderão manifestar sua posição aos constituintes e ao governo.

Segundo Paulo Butori, “as entidades poderão também no dia 10 próximo enviar essas opiniões para a coordenação do PNBE, que estaremos dispostos a tabular seus resultados, em conjunto, e remeter tudo para o Congresso e o governo”, frisou Butori.

Joseph Couri observou, em nome da Coordenação, que o PNBE está preocupado com a forma como o assunto — estabilidade no em-

prego — vem sendo conduzido, “podendo trazer sérios problemas para a economia brasileira”, disse. E Lawrence Pih acrescentou que “tenho certeza que nenhum empresário é contrário ao avanço das conquistas sociais. No entanto — destacou —, é preciso lembrar que existe uma diferença entre o desejável e o possível”.

“Pih esclareceu que a maneira como a estabilidade está sendo colocada esquece as diferenças regionais e setoriais. “O setor que depende de empreitada, por exemplo, não pode manter seus empregados quando não tem nada contratado; e aí o que vai acontecer?”.

questionou Pih. “E é exatamente isso que precisamos discutir e muito, antes que alguma coisa seja aprovada”, juntou Emerson Capaz. Em resumo, frisou Paulo Butori, o PNBE entende o seguinte: que a estabilidade no emprego não deve ser norma constitucional “porque isso é amplo demais”. “Estabilidade e coisas do gênero devem fazer parte da legislação ordinária ou do livre acordo entre capital e trabalho”, concluiu Butori, dizendo que o PNBE acredita que o “Dia Nacional da Reflexão sobre a Estabilidade” poderá rever questões dessa natureza.

SLR

O Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar — Diap — mobilizou todas as suas forças no lobby da Constituinte em favor da aprovação da estabilidade no emprego, mas seu presidente, Antônio Octaviano, nem esperou o resultado: no dia 10 de setembro tratou de despedir oito dos dez empregados da Federação Nacional dos Engenheiros, da qual também é o presidente. Os demitidos estão agora entrando na Justiça com uma reclamação trabalhista porque, afirmam, nem o mês de aviso prévio, durante o qual trabalharam e que venceu no dia 10 de outubro, foi pago pela entidade. O Diap continua, porém, atuando ativamente na Constituinte, publica até um jornal dirigido às entidades sindicais de todo o País, e vai certamente lutar para manter, em plenário, a estabilidade no emprego — para os outros.

Ontem, o líder do PMDB na

Diap faz lobby pela estabilidade e demite

Constituinte, senador Mário Covas, admitiu a possibilidade de alteração, no plenário final da Assembleia, da estabilidade no emprego nos termos propostos pelo anteprojeto do relator Bernardo Cabral. Lembrou Covas que, durante a votação na Comissão de Sistematização, a liderança do PMDB chegou a defender o retorno ao primeiro substitutivo de Cabral, que deixava a estabilidade para ser definida na legislação ordinária.

Covas disse saber da existência de um grupo liderado pelo de-

putado José Serra pregando o retorno a esse dispositivo no plenário, mas frisou não poder antecipar nenhuma previsão. Observou que novas formas de garantia de emprego podem ser estudadas nas relações entre empresários e trabalhadores, não devendo ser essa necessariamente uma questão problemática, a ponto de provocar disputas como as que têm ocorrido na Constituinte.

O líder do PMDB na Constituinte voltou a condenar a tentativa de alteração do regimento, frisando que quem tiver maioria de 280 votos pode alterar o anteprojeto através de destaque. “A maioria deve prevalecer sobre cada item votado, não de um determinado grupo político sobre o conjunto da Constituinte”, observou o senador paulista. “Se assim fosse, o PMDB, unido com seus 306 constituintes, aprovaria o que quisesse.”